

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

AO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Ilustríssimo Senhor Pregoeiro

Referência: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

CONTRA RAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO:

A3 LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ sob o nº 23.080.111/0001-50, sediada em Av. Engenheiro Humberto Monte, nº 2929, Sala 405 AS, Bairro Pici, CEP 60.440-593, Fortaleza/Ce, doravante denominado RECORRENTE, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, vem interpor tempestivamente, suas CONTRA RAZÕES ao Recurso Administrativo impetrado pela BUSINESS EMPRESARIAL LTDA. Inscrita no CNPJ sob o nº 04.819.296/0001-28, no que concerne ao resultado relativo ao processo licitatório do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023, que declarou a empresa A3 LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA com vencedora, o qual será dirigido à autoridade superior por intermédio de quem praticou o ato recorrido, para que mantenha sua decisão, com base nas razões de fato e de direito, que passa a aduzir, para ao final requere:

1.0 - TEMPESTIVIDADE:

Inicialmente cumpre destacar que a RECORRENTE foi notificada do Recurso Administrativo impetrado pela licitante RECORRIDA BUSINESS EMPRESARIAL LTDA no dia 06/03/2023 (segunda feira), o prazo para a apresentação dos memoriais de conta razões começou a fluir em 04/02/2023 (terça feira), primeiro dia útil posterior a interposição das manifestações recursais. Em sendo de 03 (três) dias úteis o prazo para a apresentação dos memoriais de contra razões, cabe a recorrente praticar o presente ato até a data de 09/03/2023 (quinta feira), conforme registrado na Ata do presente pregão, e em assim fazendo restar presente o pressuposto objetivo da tempestividade.

2.0 - SINOPSE FÁTICA:

A RECORRENTE participou do processo licitatório, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, por intermédio de Se. nobre Pregoeiro, tendo apresentado sua proposta de preços e documentos de habilitação de acordo com o Edital e seus Anexos, motivo pelo qual foi declarada vencedora do certame, conforme ata do pregão:

Entretanto, para a supressa da RECORRENTE, a mesma foi notificada em 06/03/2023, da impetração do Recurso Administrativo interposto pela licitante RECORRIDA "BUSINESS EMPRESARIAL LTDA", contra o justo resultado proferido pelo Ilustríssimo Senhor Pregoeiro Oficial do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

3.0 - DA SOLICITAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO:

A RECORRIDA Irresignada com a aceitação da proposta e habilitação da RECORRENTE, insurge com alegações, de forma frágil e infundadas, quanto ao suposto descumprimento de itens do edital, no entanto tais alegações não merecem prospera, tendo em vista que a intenção de Recurso formulada pela Recorrida não justificou com clareza quais os Itens da Proposta de Preços ou quais documentos a RECORRENTE teria deixado de cotar e ou apresentar, focando a intenção de Recursos da Recorrida apenas de forma genérica sem suspensão.

Cabe salientar que os motivos do recurso, bem como as razões apresentadas pela RECORRIDA, apenas demonstram uma conduta puramente protelatória de licitante vencida que não visa a preservar a legalidade, a isonomia do certame e a melhor proposta, mas apenas reverter em seu favor à adjudicação do objeto, sem sustentar-se em qualquer regra do ato convocatório, como será demonstrado a seguir.

A licitante RECORRIDA "BUSINESS EMPRESARIAL LTDA", alega em síntese em seu Recurso Administrativo ao presente Pregão Eletrônico, com base nas considerações a seguir
Alega a empresa Recorrida que;

4.0 - DOS FUNDAMENTOS DAS CONTRA RAZÕES:

4.1- DAS ALEGATIVAS:

4.1.1 - DA SÍNTESE FÁTICA:

A Recorrente participou do Pregão Eletrônico em epígrafe, sendo que, após a classificação da empresa A3 LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA E SERVICOS LTDA - CNPJ/CPF: 23.080.111/0001-50, constatamos, após análise dos seus documentos apresentados, que a mesma deixou de cumprir a CCT, sem não vejamos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas/empregadores associadas ao SEAC/MG recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Assistencial no valor total de R\$ 9,18 (nove reais e dezoito centavos), por empregado, a ser recolhida em até 10

(dez) parcelas, a primeira delas vencendo no dia 10 de março de 2022, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária e orientação emanada de Decisão do Supremo Tribunal Federal – STF – RE 220.700-1 - RS – DJ. 13.11.98 e decisão RE – 189.960- 3 – DJ. 17.11.2000.

As empresas não associadas ao SEAC/MG recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Assistencial no valor total de R\$ 12,33 (doze reais e trinta e três centavos), por empregado, a ser recolhida em até 10 (dez) parcelas, a primeira delas vencendo no dia 10 de março de 2022, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes. O pagamento deverá ser efetuado através de boleto bancário a ser enviado a todas as empresas elo SEAC/MG.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O cálculo para recolhimento da referida contribuição (número de empregados) será feito com base no número efetivo de empregados que possuir a empresa no mês de janeiro de 2022.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A contribuição assistencial prevista no caput é de recolhimento facultativo às empresas não associadas ao sindicato

5.1 - DAS CONTRA RAZÕES - DA SÍNTESE FÁTICA - DA CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL:

Justifica a RECORRENTE, que as alegativas da RECORRIDA não possuem fundamentos nem sustentação legal, tendo em vista, a CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL, se tratar de um Contribuição Patronal como o nomenclatura já diz, custos esse que é de inteira responsabilidade de RECORRENTE, não podendo ser repassado para Administração Públicas, pois a Administração Pública não pode ser onerada por despesas que é de custo direto da empresa, conforme disciplina a AGUE e TCU.

6.00 - DO JULGAMENTO OBJETIVO

Sobre o julgamento das propostas a Lei das Licitações é bem clara quando determina em seu art. 44 que o julgamento deverá levar em consideração critérios objetivos previamente definidos no edital ou convite, sem contrariar as normas e princípios estabelecidos em Lei. Essa determinação impede a utilização de qualquer critério subjetivo não definido no edital ou outro que contrarie a Lei e os Princípios atinentes à Administração Pública.

Assim obriga o referido diploma:

"Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei."

A mesma Lei ainda estabelece em seu art. 45 que:

"Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com o tipo de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelo órgão de controle."

Portanto, como observado, devem ser sempre utilizados no julgamento das propostas critérios objetivos e pré-definidos no Edital, de modo que os licitantes possam observá-los, fiscalizá-los e mais ainda, primar por sua aplicação.

Qualquer critério subjetivo que não esteja previsto no edital, por impossibilitar aos licitantes um controle sobre tais aspectos e, acima de tudo, porque tais critérios podem, na maioria das vezes, macular o Princípio da Igualdade que deve existir no julgamento das propostas, deve ser afastado por determinação da própria Lei das Licitações.

6. DO PRINCÍPIO DE VINCULAÇÃO AO EDITAL

Não resta dúvida de que as disposições editalícias devem ser seguidas tanto pelos licitantes quanto pela administração, de forma que os julgamentos e os esclarecimentos sejam sempre pautados dentro do que foi exigido pelo edital e seus anexos, afastando qualquer ato que vá de encontro às suas cláusulas e condições.

Constata-se no caso vertente que a proposta e os documentos de habilitação da empresa Recorrente cumpriu com todas as determinações do edital, utilizou os critérios ali definidos, as formulas ali exigidas e atendeu a todas as determinações das Convenções Coletivas, quando pertinentes, no que diz respeito à composição dos valores apresentados em sua planilha de preços.

Dessa forma estando a proposta de preços e os documentos de habilitação em total conformidade com o instrumento convocatório e seus anexos estes deve ser aceitos.

"Art. 41. A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

Hely Lopes Meirelles, com a prudência e inteligência que lhe é peculiar, definiu de forma esclarecedora o Princípio em análise, não deixando dúvidas no que diz respeito à impossibilidade da Administração Pública se afastar das normas da licitação contidas no Edital por ela mesma elaboradas:

"A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório de licitação, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas a regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora." (Grifos Nossos).

Também é bem claro ao esclarecer que a Administração não pode se afastar do modo e das condições que foram exigidos pelo Edital para elaboração das propostas e ofertas de preços, por ser tal exigência uma ofensa aos princípios licitatórios. Então vejamos:

"Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou contrato, se afastasse do estabelecido e admitisse documentação e proposta em desacordo com o solicitado."

(Grifos Nossos).

7. DOS PEDIDOS:

ISTO POSTO, vem a empresa

A3 LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA, respeitosamente, requerer que Vossa Senhoria que:

I - Considerando que a RECORRENTE demonstrou minuciosamente através de fatos e documentos a viabilidade da suas "CONTRA RAZÕES". E, na certeza de que será feita à devida justiça, requer a vossa Sia., que se digne declarar a presente CONTRA-RAZÕES ao Recurso Administrativo interposto pela empresa "BUSINESS EMPRESARIAL LTDA", PROCEDENTE mantendo e ratificando assim o resultado já proferido, enaltecendo-se e sobressaindo-se do julgamento os princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade e da objetividade e vinculação ao instrumento convocatório

Nestes termos.

Pede e espera

Deferimento.

Fortaleza - Ce, , 09 de março de 2023.

Voltar **Fechar**